

Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

**Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)**



Atena
Editora
Ano 2019

Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)

Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
158	<p>Inovação, gestão e sustentabilidade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inovação, gestão e sustentabilidade; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-405-4 DOI 10.22533/at.ed.054191806</p> <p>1. Desenvolvimento sustentável – Pesquisa – Brasil. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 509.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A edição do e book – **Inovação, Gestão e Sustentabilidade** trazem em sua essência o entendimento sobre o impacto gerado pela unificação destes.

Inovação, Gestão e Sustentabilidade aborda os desafios para as empresas e a sociedade em relação aos problemas ambientais que se inter-relacionam com a questão econômica. No contexto empresarial, a escassez de recursos naturais impõe a seguinte reflexão: Como inovar e ao mesmo tempo otimizar a sustentabilidade das cadeias de valor? Esta obra pretende contribuir para a compreensão desse contexto, apresentando alternativas analíticas e estratégias para as empresas nesse novo cenário socioeconômico, ambiental e inovador.

A preocupação com **Sustentabilidade** pode lançar as questões de **Inovação e Gestão** para um novo e diferenciado patamar, colocando-a, definitivamente, na ordem do diferencial competitivo.

Pode-se observar que tanto a **Inovação**, quanto a **Sustentabilidade** aliadas à processos de **Gestão** podem se tornarem fundamentais para a promoção da competitividade em contextos regionais e globais, bem como representarem a diferença na obtenção de resultados empresariais.

A busca por organizações “**Sustentáveis**” que sejam modelos de eficiência econômica e ambiental vêm sendo o maior desafio em um cenário globalizado e de constante mutação.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem voltada para os temas destacados, através da apresentação de mudanças climáticas e as consequências ambientais no meio rural; a **sustentabilidade** e o desenvolvimento da suinocultura com **a gestão** de resíduos sólidos; o agronegócio da soja em mato grosso: explorando as fontes de **inovação** e/ou conhecimento; além da contribuição para que se interprete as relações inovadoras, sustentáveis e econômicas em várias outras pesquisas. a preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo tema em destaque.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada da visão **sustentável**, da **gestão** e da **inovação**, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados.

A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas aos processos que buscam gerar diferencial competitivo.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de

renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E RIQUEZA: UMA ANÁLISE À LUZ DA CURVA DE KUZNETS	
Raissa Micaroni Marques Ana Helena Nallin Davinha Andrea Rodrigues Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918061	
CAPÍTULO 2	13
INFLUÊNCIA DO CARRO <i>FLEX-FUEL</i> NO CONSUMO DE ETANOL ANIDRO E HIDRATADO: UMA BREVE ANÁLISE ESTATÍSTICA	
Guilherme Asai Keila Raquel Wenningkamp	
DOI 10.22533/at.ed.0541918062	
CAPÍTULO 3	22
INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: POSSIBILIDADES NO SEGMENTO DE CAFÉ	
Jaqueline Carolino Sergio Medeiros Paulino de Carvalho Patrícia Pereira Peralta Vera Lucia de Souza Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918063	
CAPÍTULO 4	34
LEVANTAMENTO ANALÍTICO E QUANTITATIVO NA SEPARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO MANUAL DE PLÁSTICOS NO MUNICÍPIO DE INHUMAS GO	
João Baptista Chieppe Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0541918064	
CAPÍTULO 5	40
LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS DE <i>FAIR TRADE</i> APLICADOS AO CAFÉ: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE 1997 A 2016	
Paulo Fernando Taveira Maselli Sabrina Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0541918065	
CAPÍTULO 6	57
LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DA VIABILIDADE NOS NEGÓCIOS E MEIO AMBIENTE	
Dayana Lessa Amorim Laerte Corrêa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0541918066	
CAPÍTULO 7	68
METODOLOGIA PARTICIPATIVA TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA	
Kátia Aparecida Santos Alessandra B. Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.0541918067	

CAPÍTULO 8 91

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA PECUÁRIA LEITEIRA NO PARÁ: UMA APLICAÇÃO DO INSTRUMENTAL ESTATÍSTICO-ECONOMÉTRICO

André Cutrim Carvalho
David Ferreira Carvalho
Raimundo Nelson Souza da Silva
Gisalda Carvalho Filgueiras
Carmelita de Fátima Amaral Ribeiro
Tatiana Pará Monteiro de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0541918068

CAPÍTULO 9 107

O COMPROMETIMENTO COMO UM FATOR CRÍTICO DE SUCESSO EM MODELO DE TRADUÇÃO E CONTROLE DA ESTRATÉGIA EM COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAS PARANAENSES

Reginaldo Ferreira Barreiros
Roberto Max Protil
Vilmar Rodrigues Moreira
Luiz Carlos Duclós

DOI 10.22533/at.ed.0541918069

CAPÍTULO 10 129

O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1946-1964) E SEUS IMPACTOS PERCEBIDOS PELOS CENSOS AGROPECUÁRIOS

Michel Cantagalo
Carlos Eduardo de Freitas Vian

DOI 10.22533/at.ed.05419180610

CAPÍTULO 11 148

PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA VERDE NO ESTADO DE GOIÁS

Monyele Camargo Graciano
Klaus de Oliveira Abdala
Leandro de Lima Santos

DOI 10.22533/at.ed.05419180611

CAPÍTULO 12 162

POLÍTICAS PÚBLICAS, COMPRAS SUSTENTÁVEIS E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Joabe Alves Carneiro
Adriana Estela Sanjuan Montebello

DOI 10.22533/at.ed.05419180612

CAPÍTULO 13 177

POTENCIAIS AGROGEOTURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU - ES

Thaís Bruna Bento
Daniela Teixeira Carvalho de Newman
Jaqueline Carolino
José Albino Newman Fernández
Paula Vanessa Dias Soares
Ronielson Xavier de Jesus
Lucas Medici Macedo Candeias

DOI 10.22533/at.ed.05419180613

CAPÍTULO 14 188

POTENCIALIDADES BRASILEIRAS NA INTEGRAÇÃO DE REUSO DE ÁGUA E PRODUÇÃO BIOENERGÉTICA NA VISÃO DE ECONOMIA CIRCULAR

Priscila Mara Knoblauch
Caroline Dalastra
Fábio Spitz Stefanski
Jessica Zanivan
Natalia Klanovicz
Simone Kubeneck
Gilmar Antonio da Rosa
Paulo Reis
Aline Frumi Camargo
Thamarys Scapini
Charline Bonatto
Maria Célia da Silva Lanna
Paula Rogovski
Rafael Dorighello Cadamuro
William Michelin
Aline Viancelli
Helen Treichel
Gislaine Fongaro

DOI 10.22533/at.ed.05419180614

CAPÍTULO 15 204

PRINCIPAIS FATORES DA PRÁTICA DA INOVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA INDÚSTRIA DE CELULOSE

Laura Visintainer Lerman
Germen Benjamim Correia
Raquel de Abreu Pereira Uhr

DOI 10.22533/at.ed.05419180615

CAPÍTULO 16 215

RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR FEDERAL EM BELÉM (PA)

Dryelle de Nazaré Oliveira do Nascimento
Tássia Toyoi Gomes Takashima-Oliveira
Fernanda da Silva de Andrade Moreira
Gustavo Francesco de Moraes Dias

DOI 10.22533/at.ed.05419180616

CAPÍTULO 17 233

RESULTADOS ECONÔMICOS DA ATIVIDADE LEITEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Marcos Aurélio Lopes
José Willer do Prado
Bryan William Alvarenga Corrêa
Francisval de Melo Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.05419180617

CAPÍTULO 18	246
SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE DE OVELHA NO BRASIL: APLICAÇÃO DO ENFOQUE DE “CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS”	
Fernanda Ferreira dos Santos	
Luciano Brochine	
Rafael Araujo Nascimento	
Rubens Nunes	
Augusto Hauber Gameiro	
DOI 10.22533/at.ed.05419180618	
CAPÍTULO 19	261
INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM NO BRASIL	
Jaqueline Mallmann Haas	
Jairo Alfredo Genz Bolter	
DOI 10.22533/at.ed.05419180619	
CAPÍTULO 20	273
TERRITÓRIO, INSTITUIÇÃO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: CONSTRUINDO A INTER-RELAÇÃO CONCEITUAL	
Walter Luiz dos Santos Júnior	
Ricardo Freitas Martins da Costa	
Fábio André Teixeira	
Rafael Silva Guerreiro	
Mateus Henrique dos Santos Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.05419180620	
CAPÍTULO 21	285
UMA VISÃO REFLEXIVA DA REALIDADE DO ARRANJO APÍCULA, NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL – RONDÔNIA	
Jose Arilson de Souza	
Emanuel Fernando Maia de Souza	
Wellington Silva Porto	
Alexandre de Freitas Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.05419180621	
SOBRE A ORGANIZADORA	300

METODOLOGIA PARTICIPATIVA TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA

Kátia Aparecida Santos
Alessandra B. Azevedo

RESUMO: Este artigo apresenta como a aplicação da metodologia participativa de formação e planejamento usada pela Associação de Formação e Comunicação Pérola Negra, atrelada ao acesso a políticas públicas de inclusão produtiva, contribuiu para a criação de uma rede de comercialização formada por empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, será apresentada a experiência vivida por quatro empreendimentos e como os seus trabalhos convergiram para a formação de uma rede solidária. Esta pesquisa descreve a importância dos vínculos formados entre o grupo e o facilitador e como empreendimentos econômicos solidários estão, através de redes, acessando políticas públicas de geração de renda, contribuindo para o desenvolvimento local e territorial. No bojo da pesquisa são levantados também históricos e conceitos de temas como Metodologia Participativa, Economia Solidária, Políticas públicas de inclusão socioproductiva e redes solidárias.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia Participativa, Políticas Públicas, Redes Solidárias

ABSTRACT: This paper presents how the application of a participatory methodology

training and planning used by the Associação de Formação e Comunicação Pérola Negra linked to the access of productive inclusion policies contributed to the creation of a marketing network formed by solidary economic enterprises. Will be presented the experience of four productive groups and how their work converged to form a solidarity network. This research describes the importance of ties formed between the group and the facilitator and how these productive groups of solidary economy are accessing public policies through network, contributing to local and territorial development. Amid the research is also gathered historical concepts and themes such as Participatory Methodologies, Solidarity Economy, Public Policy of socio-productive inclusion and solidarity networks.

KEYWORDS: Participatory Methodology, Public Policy, Solidarity Networks

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta como a aplicação da metodologia participativa de formação e planejamento usada pela Associação de Formação e Comunicação Pérola Negra, atrelada ao acesso a políticas públicas de inclusão produtiva, contribuiu para a criação de uma rede de comercialização formada por empreendimentos econômicos solidários.

Desde a entrada do Governo Lula, em 2003, os movimentos sociais têm participado de maneira mais ativa na elaboração de políticas e criação de estruturas que apoiam o desenvolvimento de outra economia. Com a organização dos atores sociais, desdobramentos estaduais e municipais dessas políticas e estruturas vêm sendo implantados. A pergunta que fica é qual a diferença dos outros governos, se todos possuem políticas de geração de trabalho e renda?

A partir da década de 90, a economia solidária vem crescendo e se fortalecendo no país. Nesses 22 anos, muitas coisas mudaram, inclusive a percepção que a atuação de redes e trabalhos nas cadeias produtivas tanto a montante como a jusante do empreendimento são fundamentais para que a outra lógica da economia proposta pela economia solidária se consolide e os ganhos tangíveis e intangíveis possam ser distribuídos por todos.

No âmbito das políticas públicas, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi um marco na luta dos movimentos sociais, que, através de ações articuladas, conseguiram ter uma criação de uma secretaria ligada diretamente ao ministério de trabalho. Ela tem articulação com 22 Ministérios que, através de ações transversais, desenvolvem programas para fomentar empreendimentos de economia solidária. Como exemplo, pode-se destacar a formação de dezenas de cooperativas estimuladas pelo Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Programas em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas de Igualdade Racial e Secretaria Aquicultura e Pesca e parcerias com governos municipais e estaduais para a implantação de Centros Públicos de Economia Solidários. Mais de 6 mil trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários foram qualificados pelo Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (Planseq-Ecosol). Vale destacar também outras políticas de fomento da Senaes, tais como o Programa Brasil Local, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc, Programa de Apoio a Empresas Recuperadas, Apoio a Redes e Cadeias Produtivas, Apoio a Atividades Comerciais (Feiras locais, regionais e estaduais) e Apoio as Finanças Solidárias.

Outra política importante da Senaes foi o mapeamento contínuo da economia solidária, realizado em todo território nacional desde 2005. Ele foi realizado com a parceria de inúmeras instituições do terceiro setor que estão envolvidas com a economia solidária e por universidades que, em uma ação em rede, buscam dimensionar o tamanho e as características da economia solidária no País. Dados do Sistema Nacional de Economia Solidária – SIES, revelam que mais de 1,7 milhões de pessoas, integrantes de empreendimentos de economia solidária, movimentam mais de R\$ 6 bilhões anualmente (SIES). O mapeamento também contribui para divulgar a Economia Solidária em outros países como: Argentina, Canadá, Alemanha e Áustria, que reaplicaram essa tecnologia e estão mapeando empreendimentos. No que tange ao Marco Legal da Economia Solidária, está em rede nacional uma campanha de recolhimento de assinaturas para conseguir criar a primeira lei brasileira que reconheça

o direito de trabalhadores associados.

Na Bahia, as políticas públicas de economia solidária guardam uma correlação com a Senaes, tendo como diferencial o Programa Vida Melhor e a aprovação da lei estadual. Esta política está detalhada no corpo do artigo. É possível notar que atualmente tanto as políticas federais, estaduais, municipais como os órgãos de fomento como FAPESB e FINEP, buscam sempre estimular a atuação em rede dos empreendimentos econômicos solidários através de seus editais.

Neste sentido, vale ressaltar que as principais redes no Brasil surgiram na década de 1990, com o objetivo de criar espaços de trocas de experiências, formação, produção e comercialização, fazendo um intercâmbio entre empreendimentos das zonas urbana e rural. É possível visualizar redes que vem fortalecendo a atuação colaborativa entre os empreendimentos, como a UNISOL Cooperativas, fundada em março de 2000; a UNICAFES, fundada, no Brasil, em 21 de junho de 2005; A Rede Abelha, rede na cadeia da apicultura e meliponicultura dos estados do Nordeste do Brasil, que já existe há 14 anos; a Rede Xique-xique de Comercialização Solidária nasceu em 2004 e é uma articulação de trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais; a Rede Bodega de Produtos Sustentáveis do Bioma Caatinga, que é uma Rede de iniciativa e coordenação da AGENDHA (Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia), criada em 2002; a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia – Rede Arco Sertão, fundada em 2002 e composta pelo Território da bacia do Jacuípe, Sisal e portão do Sertão. Estas redes estão ligadas por várias vias que perpassam a sustentabilidade, pois elas fortalecem o movimento de economia solidária e desse modo se fortalecem, acessam juntas as políticas públicas, trocando experiências pautadas nas bases da participação, buscando resolver problemas comuns e divergentes de suas localidades, assim como se unem em busca de parcerias, recursos, clientes e fornecedores.

Todo esse movimento de formação de redes e de políticas públicas e criação de leis vêm gradativamente abrindo espaço para que os empreendimentos, ONGs e organizações da sociedade civil organizada participem desde a elaboração, até a implantação dos programas provenientes das políticas. Quando essa parceria ocorre através de metodologias participativas o resultado da apropriação do processo pelo grupo é mais rápido, porque eles se sentem atores ativos no processo e corresponsáveis. A hipótese do trabalho é que quanto maior o grau de participação dos atores em todas as etapas, maior o comprometimento com o desenvolvimento das ações o que contribui para o amadurecimento econômico e social do grupo e a emancipação do empreendimento.

O artigo apresenta três grupos produtivos e um grupo que presta assessoria. Os grupos são: Associação de Formação e Comunicação Pérola Negra, Associação Sol Nascente, Arte Rede Solidária – ARSOL e Associação das Rendeiras de Dias D’Ávila-BA – RENDAVAM. Estes grupos atuam em rede e todos contam com a assessoria da Pérola Negra.

Os grupos estão localizados na Região Metropolitana de Salvador, em bairros periféricos, onde a população vive em estado de vulnerabilidade social, como será abordado de forma mais completa posteriormente. Tais empreendimentos, formados majoritariamente por mulheres, nasceram da necessidade de geração de renda e produzem alimentos ou artesanatos, com exceção da Pérola Negra, criada em 2007, que é formada a partir de um grupo universitário que decidiu trabalhar com assessoria nas áreas de formação, planejamento, comercialização, gestão e marketing social.

A análise proposta será feita através do método dedutivo e através de técnica de grupos focais¹. Em uma primeira etapa foi realizada uma revisão de literatura que permitiu uma melhor compreensão do que são métodos participativos e como eles são usados no processo de capacitação e planejamento de grupos produtivos. A coleta de dados foi feita através da técnica de grupos focais, encontros e reunião de planejamento e avaliação com os grupos e lideranças comunitárias. Levantou-se em primeiro lugar informações sobre o histórico dos quatro empreendimentos pesquisados: através da elaboração de uma linha do tempo, buscando entender como ocorreu o processo de criação dos grupos. No desenrolar do trabalho vieram à tona informações que nos permitiram entender a influencia de fatores internos e externos, desenhando-se assim o contexto do trabalho grupal.

APRESENTAÇÃO DAS REDES

A Associação de Comunicação e Formação Pérola Negra, foi fundada em 2007, quando um grupo de alunos da Faculdade da Cidade do Salvador, foi apresentado ao Movimento de Economia Solidária por uma colega de turma, praticante desse modelo de economia. Depois de várias reuniões para estudo e aprofundamento sobre o tema, uma parte da turma resolveu que todos os trabalhos acadêmicos seriam aplicados junto aos empreendimentos de economia solidária. A partir daí, foi elaborado e aprovado o Estatuto Social, constituindo-se formalmente a Pérola Negra.

A Associação realizou vários trabalhos sempre assessorando a empreendimentos econômicos solidários. Em 2008, durante a reunião de avaliação da FASOL (Primeira Feira Acadêmica e Solidária), surgiu a necessidade de se criar uma rede de comercialização com os empreendimentos presentes. Nasceu a rede ARTE REDE SOLIDÁRIA – ARSOL, composta por 30 empreendimentos. Com a ARSOL, os empreendimentos se fortaleceram e conquistaram vários espaços de comercialização e formação, sempre assessorados pela Pérola Negra. A conquista mais importante foi o ingresso na Loja do Espaço Solidário, no Centro Público de Economia Solidária da Bahia – Cesol.

¹ Grupos Focais - Pequenos grupos de pessoas reunidas para avaliar conceitos e identificar problemas, sendo necessário haver um facilitador que administre o diálogo e estimule um ambiente de troca onde as pessoas se sintam à vontade para compartilharem suas ideias e opiniões, com o objetivo central de identificar sentimentos, percepções, atitudes e ideias dos participantes a respeito de determinado assunto.

Com a criação da Arsol, pretendeu-se minimizar os problemas estruturais dos empreendimentos, otimizando toda a cadeia produtiva, resultando em ampliações nas possibilidades de comercialização. Após quatro meses de atividades, os membros da Arsol concluíram que além da formação articulada com instituições ligadas à Economia Solidária, seria fundamental organizar uma rede autogestionária, com abrangência territorial na RMS, onde os empreendimentos promovessem trocas de serviços e saberes e o coletivo reunido pudesse se mobilizar para solucionar os problemas das diversas cadeias produtivas envolvidas.

Um dos resultados dessa ampliação das ações da rede foi a criação da Associação das Rendeiras de Dias D'Ávila-BA – RENDAVAN. Criada a partir da iniciativa de uma integrante da rede Arsol que resolveu replicar em seu município a metodologia usada pela rede.

Fundada em 21 (vinte e um) de fevereiro de 2009, constituída por um grupo de mulheres da cidade de Dias D'Ávila, a Rendavan visava atender à necessidade de difundir e resgatar a arte e a cultura da renda de bilros e bordados a mão, garantindo a valorização do trabalho manual, a geração de renda para mulheres do município.

Na busca de gerar renda, a Rendavan organizou, junto com as sócias, uma grade de formação que teve como objetivo qualificar e socializar as técnicas de renda de bilro e bordado para várias mulheres e desse modo constituir uma frente produtiva qualificada. Com este objetivo, a Rendavan demandou também instrutores do Instituto Visconde de Mauá, SEBRAE e CESOL,² organizando, assim, sua linha de produção e preparando associados e pessoas da comunidade para o mercado. As associadas da Rendavan, mulheres que não tinham renda, ou que recebiam apenas benefício do governo, hoje produzem e vendem peças artesanais que além de complementar a renda familiar, contribui para a transformação pessoal uma vez que promovem uma transformação positiva na autoestima dessas mulheres que passam a se sentir sujeitos atuantes na comunidade.

Em 2009, a Pérola Negra promovia, na Faculdade da Cidade, um seminário sobre comercialização e comunicação, sendo, ao final do evento, procurada pela Associação Sol Nascente – ASN. Tratava-se de um grupo com perfil assistencialista, que atendia à comunidade de Vera Cruz com doações de alimento, creches-escola, grupos de estudos, dentre outros. O grupo desejava mudar sua atuação assumindo um perfil de geração de renda. Com a assessoria da Pérola Negra e fazendo uso do método participativo, um núcleo de produção de temperos foi instalado. A mobilização para tanto envolveu de forma participativa a difusão de conhecimentos entre os próprios integrantes do grupo, assessorias para a estruturação como o Estudo de Viabilidade Econômica e planejamento e ação. O grupo começou a buscar parcerias municipais, territoriais, estaduais e nacionais, passando a atuar como empreendimento de

2 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SESOL – Superintendência de Economia Solidária
Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, autarquia da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Setre.

economia solidária acessando as políticas públicas de geração de renda. Com esse trabalho em rede, a Sol Nascente beneficiou com formação profissionalizante seus associados e pessoas da comunidade, que também vieram a se associar na busca de maiores ganhos com o trabalho coletivo. Além da articulação local, a Sol nascente também se integrou a Arsol, passando a ingressar no Fórum Baiano de Economia Solidária e no movimento social Via do Trabalho³ que teve um papel importante na articular de fornecedores e compradores para a sua produção, assim como atuou ativamente como ponte unindo os atores urbanos aos rurais e fortalecendo os grupos pesquisados no campo da produção e comercialização.

Segue uma figura que ilustra a rede em que os empreendimentos estudados estão inseridos. Vale destacar que é possível visualizar parcerias municipais, estaduais, federais e com outros empreendimentos.

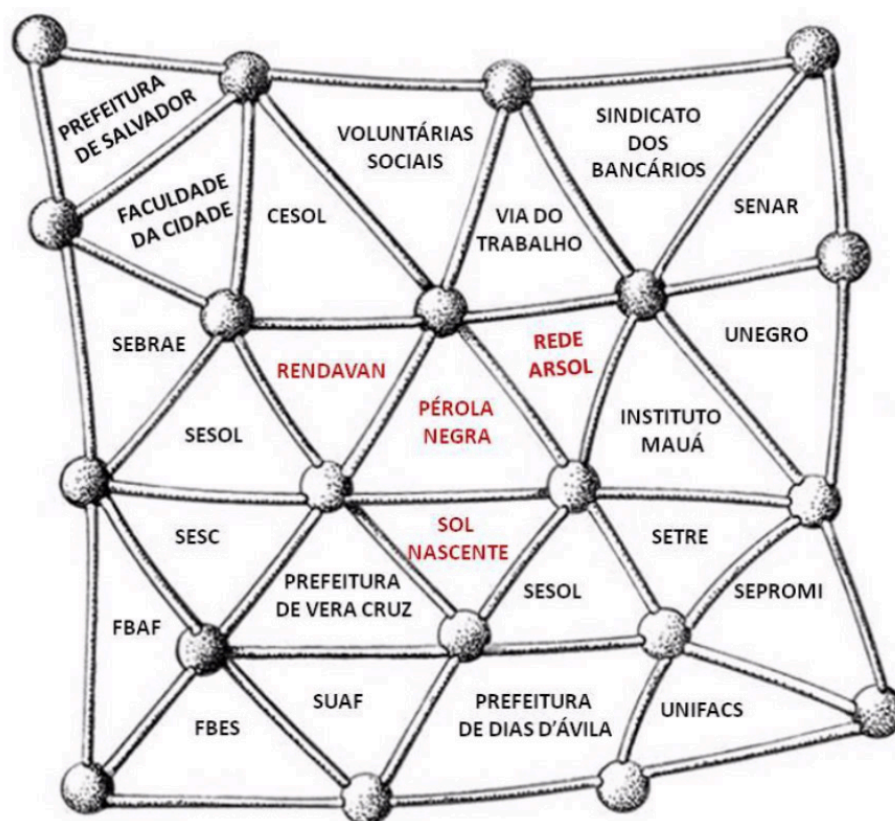


Figura 01: REDES PESQUISADAS COM SUA BASE DE FORTALECIMENTO

Fonte: Elaboração própria

As redes pesquisadas estão interligadas entre si, fortalecendo-se mutuamente, trocando experiências, acessando as políticas públicas e espaços de formação e

3 Movimento Social Via do Trabalho – MSTV - Segmento representativo do Mundo do Trabalho, não temático ou de questão única, tanto no meio rural como no urbano, formado através da estruturação dos produtores e produtoras livres e associados, no interior de uma complexa cadeia de organizações, buscando interligá-las num único projeto coordenado atuante na sociedade em toda sua diversidade cultural, sua multiplicidade étnica, extensão territorial e, sobretudo, na complexidade do modo de vida dos inúmeros segmentos e camadas que constituem o mundo do trabalho.

comercialização coletivamente. Quando uma rede ou empreendimento recebe uma demanda, da qual ela não pode cumprir em tempo hábil, articula-se com outras redes para a realização das tarefas, compartilhando os trabalhos e as sobras; são redes dentro de redes.

A tabela abaixo apresenta a caracterização dos grupos estudados. É possível verificar que as redes estão envolvidas simultaneamente nos mesmos projetos. A Pérola, Arsol, Rendavan e Sol Nascente compartilham de recursos oriundos de três projetos, porém a Sol Nascente, que tem uma atuação mais forte entre o urbano e o rural com mais dois projetos nesta área, beneficia, no momento da produção, os outros grupos, estimulando, desse modo, a autopoiese, que é a capacidade de criar-se ou recriar-se, fortalecendo-se mutuamente. Observa-se também um aumento significativo no rendimento bruto das associações e das associadas, que faturam hoje uma quantia superior ao dobro do seu rendimento inicial por hora trabalhada. Foi identificado que os grupos estudados, partindo do zero, gradativamente foram se envolvendo em redes, participando ativamente de ambientes sociopolíticos onde encontram ferramentas de acesso a políticas públicas inclusivas.

Redes pesquisadas	Nº de sócios	Produto	Ano de fundação	Redes envolvidas		Projetos (Ligados à geração de renda)		Rendimentos anuais		Renda per capita	
				2007	2011	2007	2011	2007	2011	2007	2011
ASSOCIAÇÃO PÉROLA NEGRA	06	SERVIÇO	2007	00	05	00	03	420,00	5,600,00	200,00	700,00
ARTE EM REDE SOLIDÁRIA	25	ARTESANATO / ALIMENTAÇÃO	2009	00	06	00	03	5,400,00	14,000,00	400,00	1,600,00
ASSOCIAÇÃO SOL NASCENTE	30	TEMPEROS PRONTOS	2007	00	09	00	05	300,00	36,000,00	150,00	700
ASSOCIAÇÃO DAS RENDEIRAS DE DIAS D'ÁVILA. BA	33	RENDAS, BILRO/ BORDADOS	2009	00	06	00	03	5.000,00	20,000,00	600,00	1,600,00

Tabela 01: Caracterização dos Grupos estudados

Fonte: Elaboração Própria

COMPREENDENDO MELHOR ALGUNS CONCEITOS

Quando se busca na literatura aprofundar os conhecimentos e compreender por que a atuação em rede e uma determinada metodologia contribuem mais que outra e por que elas vão impactar nos resultados de um programa de política pública é

possível perceber que para entender o diferencial que algumas políticas têm, é preciso ir além da análise da política simplesmente como instrumento, é preciso entender como ela foi elaborada e de que maneira ela foi conduzida. Uma ferramenta que tem sido consenso entre os teóricos que são fundamentais para dar voz aos atores diretamente envolvidos nos programas é a metodologia, que precisa ser construída em conjunto para que o grau de comprometimento de todos aumente.

A metodologia participativa busca a atuação efetiva dos participantes no processo educativo sem considerá-los meros receptores, nos quais são depositados conhecimentos e informações, como aborda Freire (1996) no que ele chama de *Pedagogia Bancária*. O enfoque participativo é fundamentado na escuta e valoriza os conhecimentos e experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, identificação e busca de soluções para problemas que emergem de suas vidas cotidianas.

É uma forma de trabalho didático e pedagógico baseada no prazer, na vivência e na participação em situações reais e imaginárias, onde através de técnicas de dinâmica de grupo, jogos dramáticos e outros, os participantes conseguem, por meio de fantasia, trabalhar situações concretas.

A metodologia participativa abordada por Freire (1996) busca construir conhecimentos com os envolvidos nos empreendimentos, objetivando torná-los atores que visam o bem da comunidade onde estão inseridos e por consequência o bem da sociedade como um todo, gerando multiplicadores. A aplicação de uma metodologia participativa, quando associada à uma política inclusiva, é capaz de transformar a realidade na qual os sujeitos estão inseridos.

Nesta abordagem de Freire, pode-se afirmar que entre os grupos estudados, destaca-se a Rendavan, que absorveu a tecnologia social do processo participativo da Rede Arsol, reaplicando em sua comunidade, buscando a eficácia na solução dos problemas do empreendimento, com simplicidade e baixo custo. A associação ganha autonomia passando a acessar políticas públicas de geração de trabalho e renda, contribuindo com a transformação social do local.

Dagnino (2009) define tecnologia social como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidos na interação com a comunidade, que representem efetivas soluções de transformação social. As seguintes características identificam uma tecnologia social: a) baixo custo operacional; b) simplicidade funcional; c) facilidade de manejo; d) eficácia na solução dos problemas cotidianos; e) uso em pequena escala; f) replicabilidade, isto é, a possibilidade de ser aplicada em outros contextos sociais com a mesma eficácia.

Assim como elencado por Dagnino, que na tecnologia social a metodologia precisa ser participativa e o beneficiário precisa participar da construção da tecnologia, Gramsci (at Nunes, 2009, 15) apresenta dois conceitos que precisam ser levados em consideração no momento da intervenção em uma comunidade: o “consentimento ativo” e a “vontade coletiva”, já que as ideias não ‘nascem’ de forma espontânea no

cérebro de cada indivíduo. Elas possuem um centro de formação, de irradiação, de difusão e de persuasão: um grupo de homens ou mesmo um indivíduo que as elaborou e apresentou sob a forma política da atualidade. O autor descreve ainda aspectos importantes na organização de um grupo:

“As pessoas aprovam sua dedicação, lhes rendem homenagens e os apoiam. Nesse caso, normalmente Existem pessoas que admiram os que assumem mais responsabilidades do que os outros e reconhecem que elas são úteis, pois fazem avançar as coisas, mobilizam os demais, os menos capazes ou menos disponíveis. Esses líderes são, às vezes, reconhecidos rapidamente, existe um reconhecimento mútuo, uma cumplicidade na ação, um “consentimento ativo”, em que líderes e “liderados” caminham juntos, cada um em seu papel, para um objetivo comum” (GRAMSCI *at* NUNES, 2006, 62).

É possível visualizar os conceitos de Gramsci, Freire Dagnino e Nunes na metodologia utilizada pela Pérola Negra, que prima pela participação ativa dos atores e foi sendo aprimorada no decorrer das atividades, contribuindo, assim, para os avanços dos grupos.

Essa metodologia utilizada nos cursos de formação dos empreendimentos colabora para o fomento e multiplicação dos grupos e sua articulação em rede. O êxito desse método, no entanto, não pode ser entendido somente pelos seus aspectos organizacionais ou de gestão, uma vez que o diferencial aqui apresentado está na priorização do protagonismo e na formação de vínculos que permearam todo o processo.

Assim, a aplicação efetiva e engajada de metodologias participativas no processo de formação e planejamento contribui para a formação de redes, à medida que em sua aplicação despertam no sujeito a confiança em sua capacidade de decisão e transformação da sua realidade.

No âmbito da formação, esses aspectos comunitários precisam ser levados em consideração para que a participação de todos os membros do grupo seja efetiva. Segundo Nunes (2006, 101), o objetivo da metodologia participativa é favorecer a integração das pessoas, desconstrair o ambiente do grupo e promover pequenas vitórias coletivas. Nos quatro grupos estudados, observou-se a importância do papel das lideranças em todo processo de criação dos grupos que se inicia na mobilização chegando à formação. É visível que cada comemoração das conquistas alcançadas fortalece os vínculos tanto entre eles como entre eles e o facilitador.

Essas pequenas vitórias são fruto de uma tomada de consciência que, para Paulo Freire (1996), não é dada e sim construída em cada um através de sua relação com os outros. Freire (1996) lembra ainda que o engajamento dos líderes revolucionários, assim como dos educadores, numa luta maior foi precedido da convicção da necessidade de lutar. Nesse sentido o autor expõe:

A conscientização implica superar a esfera de apreensão espontânea do mundo, para alcançar uma esfera crítica na qual a realidade se torna um objeto passível de conhecimento e na qual o homem assume uma posição epistemológica (...) a conscientização é um compromisso histórico (...) não pode existir fora da práxis,

ou seja, sem o ato ação-reflexão. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser e de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1979, at Nunes, 19).

Dessa forma, o autor aborda não só o caráter político da comunidade, mas também a necessidade de que o facilitador comunitário seja também imbuído de propósitos revolucionários.

Os formadores, que utilizam a metodologia participativa e extraíram da *Pedagogia do Oprimido* de Freire (1996), promovem, nos empreendimentos, a reflexão sobre os problemas que cercam seu núcleo produtivo, sua comunidade ou sua cidade. Conseguem, desta forma, descobrir dentro dos sujeitos envolvidos no processo as soluções para os problemas elencados, soluções essas que precisam respeitar valores como solidariedade, generosidade, cooperação e união, libertando-se, assim, de um ciclo vicioso de dominação.

Trazendo essas ideias para o fazer grupal cotidiano, é preciso que o facilitador de grupos domine algumas técnicas para que possa fazer uso delas de maneira flexível, adaptando-se a cada caso, pois cada grupo apresenta uma natureza própria, estruturando-se conforme as características individuais de cada um dos participantes. Portanto, é importante observar e perceber a fase ou o momento em que os grupos se encontram.

É muito importante analisar o grau de coesão, pois existem grupos que se formam pela primeira vez, outros que já possuem contatos anteriores entre seus elementos e, em todos eles, faz-se necessário desenvolver o vínculo com o facilitador, aplicando técnicas de apresentação que permitirão ao mesmo o conhecimento entre as pessoas e a psicodinâmica do grupo.

A estrutura básica de procedimento na aplicação das técnicas durante um trabalho de grupo é apresentada por Lopes, Luz, Azevedo e Moraes, que, de forma sintética, descreve sua metodologia em três etapas: a fase de apresentação, onde a proposta de trabalho é exposta; o vínculo entre o facilitador e o grupo, onde é criado e é feito um levantamento de expectativas – a segunda fase consiste na apresentação e exploração do tema e do *feedback*; e num terceiro momento é realizado o encerramento com a avaliação do processo e técnicas de fechamento. Essa metodologia contribui para o protagonismo dos atores envolvidos, quando se estabelece um laço de confiança entre o facilitador e o grupo.

Voltando às ideias de Freire (1996), que diz que o ato educativo é um processo de aprendizagem que implica na politização promovendo o desenvolvimento da consciência crítica, a relação pedagógica que se estabelece neste processo é uma relação dialógica estabelecida através de ferramentas como: mediação de debates; movimentos dialógicos (percepção da realidade); e atitudes democráticas, conscientizadoras e libertadoras.

O método participativo de Nunes prioriza a valorização dos indivíduos durante o processo de escuta na comunidade, assim como valoriza cada iniciativa em prol da

construção coletiva e participativa. Nessa metodologia, a participação e a integração do facilitador nas comunidades ou grupos são importantes para o êxito das conquistas.

“O que vemos todo o tempo é a busca profunda do outro, do olhar do outro, do reconhecimento da utilidade de cada um para seu entorno – parceiro, família, grupo ou sociedade. Isso não quer dizer que estejamos no melhor dos mundos de comunhão entre os homens, e é evidente que os efeitos anti-sociais desse princípio de “busca de reconhecimento” são também cotidianos. O que importa aqui é reconhecer a efetiva importância das relações entre as pessoas como dado essencial do sucesso da experiência coletiva e, também, compreender melhor esse reconhecimento que seria o motor das relações humanas” (Nunes, 2006, 114).

Nessa metodologia, mais importante que os instrumentos e ferramentas utilizadas, são o envolvimento e o respeito ao saber local e a cada experiência trocada. Tudo isso é importante para fortalecer as iniciativas e gerar os vínculos que proporcionem o protagonismo de cada envolvido. Corroborando com a metodologia participativa de Nunes, a Associação de comunicação e formação Pérola Negra, que acompanha a REDE ARSOL, A ASSOCIAÇÃO SOL NASCENTE E A RENDAVAN, desenvolveu um método participativo próprio que pode ser dividido em três momentos distintos: Sensibilização, organização das ações e adequação formal dos grupos. Essas etapas não acontecem necessariamente nesta mesma ordem e nem possuem transições bem delineadas, sendo essa divisão mais para efeito de compreensão do sistema do que para efeitos práticos.

No momento da sensibilização, os trabalhadores, já organizados em grupo ou não, entram em contato com os conceitos e princípios de Economia Solidária. Esses encontros precisam ser elaborados de forma a incentivar a participação dos presentes, sendo esta uma aprendizagem mais implícita do que conceitual. São seminários, palestras, oficinas, encontros de trocas de experiências, ambientes formativos de um modo geral.

Nesses primeiros encontros, o facilitador deve ser capaz de identificar a demanda eminente, ou o anseio comum capaz de uni-los para uma ação conjunta. Essa demanda propulsora acabará por revelar várias demandas ainda não identificadas pelo grupo, mas que impedem o objetivo maior de ser alcançado. Assim, aos poucos, os grupos vão se envolvendo em projeto maior que o estruturará de forma mais completa.

Uma vez envolvidos pela proposta, inicia-se a fase de organização das ações. As estratégias escolhidas podem e devem variar de acordo com a demanda, mas dois fatores precisam ser priorizados: o protagonismo e o respeito à subjetividade humana. No caso narrado, os grupos foram quase sempre divididos em Grupos de Trabalho que envolviam, no mínimo, três pessoas. Inicialmente, havia encontros semanais que seguiam mais ou menos o seguinte roteiro: Abertura com dinâmica, o tema do dia escolhido na reunião anterior e a apresentação das conquistas de cada GT em relação à tarefa que lhes foi confiada.

Iniciar com o tema do dia é importante, pois em se tratando de homens e mulheres trabalhadores, a objetividade dos encontros não pode ser negligenciada sob pena de

gerar esvaziamento. A apresentação das conquistas dos GTs, mesmo que não haja grandes avanços, incentiva o protagonismo dos envolvidos e valoriza o esforço de cada indivíduo, fortalecendo a ideia de pertencimento. Garantir que haja sempre dinâmicas de grupo é importante, uma vez que este é um momento onde se pode cuidar dos seres humanos envolvidos na tarefa. Portanto, temas subjetivos, conflitos resultantes do convívio podem vir à tona e serem tratados, garantindo a saúde emocional do grupo.

Outro ponto importante é mesclar nesses encontros, momentos deliberativos com formação, isto é, aproveitar o momento da formação para buscar e trazer soluções para problemas reais dos grupos ou comunidades onde os mesmos estão inseridos, desse modo, oportunizando o acesso a informações cruciais para seu desenvolvimento. Sendo o público trabalhado de baixa renda e de baixa escolaridade, é preciso cuidar para que eles tenham acesso a informações as quais nunca tiveram e que são indispensáveis para uma tomada de decisão eficiente.

Conforme os grupos vão amadurecendo, tanto na eficiência na realização das tarefas quanto na coesão grupal, as reuniões se tornam mais espaçadas chegando a um mínimo de um encontro mensal.

Como consequência natural da ampliação das redes, os grupos vão buscar parceiros, e, para tanto, vão se adequando ao formato exigido para acessar as políticas públicas e o mercado de um modo mais amplo. Regimento interno, estatuto e formalização começam a ser demandados. A partir desse ponto, os grupos tornam-se mais independentes, sem necessariamente se desvincular completamente da assessoria, já que os vínculos estabelecidos durante o trabalho são, sobretudo, vínculos humanos. Esses grupos desenvolvem-se dentro do sistema capitalista, mas buscando construir outra lógica de produção, relações de trabalho e consumo. Esse movimento, no Brasil, é chamado de Economia Solidária.

No Brasil, o movimento de economia solidária vem ganhando visibilidade e crescendo a cada ano, como demonstra os dados do mapeamento da economia solidária. Tal crescimento, no cenário brasileiro, deve-se a alguns fatores ligados diretamente a fortes e agressivos efeitos negativos da globalização, mas também vale destacar a capacidade de articulação produtiva, política e econômica que a cada ano os grupos participantes desse movimento vêm logrando.

Para a secretaria, a economia solidária é definida como:

Um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (Ministério do Trabalho – Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES).

Uma complementação possível a esse conceito pode ser encontrada na obra de Azevedo:

“Conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços, etc – que compartilham alguns traços constitutivos essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas” (AZEVEDO, 2007, 139).

Mutualismo e autogestão esses que se encontram implícitos nos grupos pesquisados, quando em suas ações respeitam diversidades, a valorização do ser humano, a capacidade produtiva de cada indivíduo, decidindo em assembleias a definição de papéis e escolha de perfis para a atuação nos espaços políticos, na produção, formação e comercialização. A Arsol, a Sol Nascente e a Rendavan, através da tecnologia social absorvida da Pérola Negra, reaplicam em seus núcleos e conseguem conduzir os mesmos para o desenvolvimento. Resolvem todas as questões em assembleias, dividem as sobras, organizam o processo produtivo e comercial respeitando os perfis para minimizar os conflitos, os princípios de ecosol perpassam as tomadas de decisão e a organização grupal.

De acordo com Moura e Meira (2002), o termo Economia Solidária sintetiza um conjunto de experiências de empreendimentos democráticos e autogestionários, que são construídos como alternativa ao desemprego e modelo alternativo ao Capitalismo.

A partir dessas duas ideias, pode-se entender economia solidária como uma prática real e, ao mesmo tempo, um projeto de sociedade, que busca uma nova racionalidade econômica, privilegiando a satisfação das necessidades individuais e coletivas e o respeito ao meio ambiente (Nunes, 2009). Ao atingir temas vinculados ao mecanismo da produção, da distribuição, do consumo, da prestação de serviços, das finanças, da moeda e da troca, de modo autogestionário e cooperativo, a economia solidária exige produção e adequação de conhecimentos no âmbito da geração de renda.

Os empreendimentos que aderem a esse princípio possuem um modo particular de organização e produção assim sistematizado por Azevedo:

“Consideramos como ‘empreendimento de economia solidária’ toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores(as) associados(as) em torno dos seguintes objetivos/características: (1) caráter coletivo das experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) “inserção cidadã” das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária e denúncia de mecanismos antiéticos de mercado” (AZEVEDO, 2007, 140).

Economia Solidária é uma alternativa ao modelo econômico capitalista, no qual a maioria de trabalhadoras(es) não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, e em que um número sempre maior deles perde acesso às

possibilidades de um consumo que atenda dignamente às suas necessidades como ser humano (I Conferência Nacional de Economia Solidária - CONAES, Res. 10, 2006). Citando França Filho:

“A Economia Solidária, vêm de uma tradição histórica em comum, que se relaciona com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que representava uma forma de resistência da população e que deu origem a inúmeras iniciativas solidárias influenciadas pela idéia da ajuda mútua, da cooperação e da associação”. Estas ações, com o tempo, foram reconhecidas pelo Estado, gerando um arcabouço jurídico que, como resultado, separou o movimento associativista original em organizações da economia solidária, relacionando a aspectos econômicos, políticos e sociais (FRANÇA, 2005, 16).

Os empreendimentos econômicos solidários (Gaiger *at* Azevedo, 2000: 177, 2006:134): “Primeiramente, combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por um lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura e assim por diante”.

Nesses grupos pesquisados, é visível perceber inúmeros benefícios para além do econômico. Por exemplo, a Associação Sol Nascente, que levou para a comunidade um Centro Digital de Cidadania; uma Biblioteca Comunitária e um Ponto Cultura, além de promover seminários e palestras, com temas, tais como violência contra a mulher (lei Maria da Penha), assistência técnica rural, políticas públicas de geração de renda, princípios e práticas de economia solidária e promoção da educação de jovens e adultos, levando a comunidade à reflexão da consciência crítica a cerca dos seus direitos, gerando na comunidade uma postura mais combativa.

De acordo com Ósia, (2004), Singer percebe a economia solidária mais como fenômeno econômico e a reconhece como um modo alternativo de produção, “mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa”. Para ele, a economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país.

Os membros da economia solidária se organizam coletivamente na forma de empreendimentos são: empresas autogestionárias, clubes de troca, associações e cooperativas populares. Em comum, essas formas de organização de trabalho possuem o tema da autogestão, que segundo Reis (2005) acrescenta que “exige um esforço adicional dos núcleos produtivos que trabalham em rede solidária: além de cumprir as tarefas de seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais do grupo no que se refere a vínculos”.

A dimensão gestão contempla a capacidade efetiva de como os empreendimentos são geridos nos diversos aspectos, como infraestrutura (acesso aos bens de produção, acesso às tecnologias gerenciais e acesso ao espaço físico) e conhecimento (habilidade técnica produtiva, habilidade gerencial e a formação geral dos envolvidos)

(REIS, 2005). O papel da capacitação é fundamental no processo de sustentabilidade dos empreendimentos solidários. As principais lideranças nos grupos acompanhados, além de serem produtoras e empreendedoras, buscam acesso às políticas públicas para seu benefício e para o bem de todos da comunidade. Desse modo, esses atores participam de diversos espaços de formação sociopolíticos, em constante processo de aprendizado.

Segundo Novaes (2011, 446), a economia solidária designa uma grande diversidade de atividades organizadas a partir dos princípios de solidariedade, cooperação e autogestão, seja pela recriação de práticas tradicionais, seja pela emergência de formas inovadoras. Trata-se de um movimento que busca afirmar a sua identidade e plataforma de luta e reivindicações, que ganha fôlego e se estrutura em princípios associados a valores humanistas, materializados na efetivação de iniciativas econômicas solidárias de geração de trabalho e renda, instituições de assessoria e fomento e políticas públicas nas três esferas de governo. No Brasil, a diversidade da Economia Solidária abriga desde grupos informais de costura ou artesanato até grandes fábricas recuperadas, passando também por cooperativas urbanas de serviços, cooperativas de agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária, organizações de finanças solidárias, ou redes e cadeias produtivas (mel, algodão, metalurgia, etc.), dentre outros. Trata-se, fundamentalmente, de formas coletivas baseadas na cooperação ativa entre seus membros, que buscam através da solidariedade instituir iniciativas econômicas de geração de trabalho e renda nas áreas urbanas e rurais.

A Economia Solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos protagonistas de direitos.

A resistência e a luta desses trabalhadores envolvidos na economia solidária caracterizam primeiramente a luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes; normalmente de caráter individual ou familiar. Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à busca pela sobrevivência, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo de capital indiscriminado.

Percebe-se que o Brasil, nessa última década, vem ultrapassando as dimensões de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, e orientando-se para a articulação nacional, a configuração de redes locais e o estabelecimento de uma plataforma comum. Essa tendência dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial⁴, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e

4 O FSM é um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de pro-

empreendimentos puderam construir uma integração que desembocou, em 2003, na demanda ao então recém-eleito presidente Lula pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Simultaneamente à criação desta Secretaria, foi criado, na III Plenária Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando esse movimento no país. A criação dessas duas instâncias, somada ao fortalecimento do campo da economia solidária no interior da dinâmica do Fórum Social Mundial, consolida a recente ampliação e estruturação desse movimento.

Nos últimos anos, percebe-se um crescimento (ou desvelamento) de experiências de produção, consumo, distribuição ou crédito que se organizam a partir dos princípios da autogestão, do coletivismo, da solidariedade e da propriedade coletiva dos meios de produção pelos próprios trabalhadores(as). Esse vasto campo de experiências da Economia Solidária envolve ainda uma pluralidade de entidades públicas, organizações da sociedade civil, setores do sindicalismo, universidades e, mais recentemente, iniciativas de políticas públicas nas diferentes esferas de governo que apoiam as organizações econômicas solidárias e contribuem para sua expansão e fortalecimento.

As políticas públicas são diretrizes e princípios, regras e procedimentos, norteadores da ação do poder público, influenciados pela sociedade civil por meio de pressão e mobilização social. Um processo dinâmico, com negociações, alianças ou coalizões de interesses em debate público, com transparência e participação da sociedade civil e representantes do poder público, visando responder demandas de setores da sociedade.

A Análise das políticas públicas iniciou-se nos 30, nos Estados Unidos, com Harold Lasswell. Para ele, o objetivo do movimento era produzir, através da atividade acadêmica, “conhecimento ‘de’ e ‘para’ política”, visando auxiliar a tomada de decisão do governo. A partir da década de 50, foram criados programas acadêmicos voltados ao entendimento das políticas públicas, e instituições governamentais, que tinham a finalidade de entender as políticas públicas e suas qualidades (Cavalcanti, 2007). Deubel (2006) define política pública como:

“Um conjunto conformado por objetivos coletivos considerados necessários, ou desejáveis, e pelos meios e ações que são tratados, pelo menos parcialmente, por uma instituição/organização governamental, com a finalidade de orientar o comportamento de atores individuais e coletivos para modificar uma situação percebida como insatisfatória e problemática” (DEUBEL, 2006, p. 27).

A partir dessa compreensão pode-se analisar a criação e execução de políticas públicas no Brasil. Como dito anteriormente, em 2003, em iniciativa inédita em âmbito mundial, foi criada pelo então Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Jaques Wagner, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, com o intuito de apoiar ações ligadas ao fomento da Economia Solidária. E, para a função de Secretário, assume o Professor

postas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.

Dr. Paul Singer, uma grande referência em economia solidária no Brasil.

No âmbito do Governo do Estado da Bahia, de forma igualmente inovadora, foi criada a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), em 2007, vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). Sua criação parte de uma manifestação encaminhada através de uma carta do Fórum Baiano de Economia Solidária ao então Governador eleito Jaques Wagner, que reivindicava a criação de uma esfera institucionalizada no Estado para assumir a responsabilidade de implementar uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia. Surge, então, a SESOL, tendo como foco destacado em seu planejamento “potencializar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento, geração de trabalho e renda e inclusão social – II Conaes”; guardando uma estreita correlação com a estratégia adotada pelo Governo Federal, a SESOL representa um marco institucional da economia solidária na Bahia (Lei 10.549/2006).

Nesse contexto, foi aprovada no dia 29 de novembro de 2011, por unanimidade na Assembleia Legislativa, a Lei 18.636/2010, cuja proposta inicial foi elaborada pela SETRE. A lei cria a Política Estadual da Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária. O que significa que a economia solidária passa a ser um direito que se torna partidário.

Com a aprovação da lei 18.636/2010, os Atores do Ambiente de Economia Solidária – os Empreendimentos, as Redes de Empreendimentos, os Consumidores, as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento, os Fóruns, juntos à Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, vêm ampliando e consolidando o Comércio Justo e a presença dos empreendimentos solidários na economia, contribuindo com desenvolvimento econômico e social da Bahia.

Dados da Revista SETRE⁵ revelam que, de 2007 até os dias atuais, são mais de 2, 7 mil empreendimentos atendidos com 37, 7 mil pessoas beneficiadas diretamente com ações de políticas públicas, tais como Editais públicos, feiras, cursos e pelos Centros Públicos de Economia Solidária, com investimento de R\$ 9,4 milhões, nesses seis anos de existência. A possibilidade de acesso a essas políticas públicas é por diversas vezes decisiva na criação e consolidação de empreendimentos como os estudados nesse trabalho.

As redes de empreendimentos solidários são coletivos de coletivos. Sendo cada empreendimento uma rede de pessoas especializadas em diferentes tipos de produtos, comprometidas em encontrar soluções para alguns dos problemas comuns à maioria dos empreendimentos: aquisição de matéria prima a preços satisfatórios, comercialização e distribuição de produtos. As associações e cooperativas funcionam como rede, quando acessam políticas públicas, utilizando-se de documentação de um empreendimento, em benefício de vários outros. Esse “guarda-chuva” agrega vários pequenos grupos de produtores, que associados, fortalecem a cadeia produtiva local.

5 Revista Setre Edição Especial – Economia Solidária – Geração de renda e desenvolvimento com responsabilidade - junho 2012

Segundo França (2009), na prática, as redes locais de economia solidária tendem ao caráter misto, pelo fato de que, raramente, se encontra alguma experiência limitada a um âmbito geográfico específico, por razões, inclusive, de sustentabilidade da própria rede, que tende a conectar-se com outras redes através da expansão de suas atividades. Os grupos atendidos na sua prática reforçam essa teoria descrita por França, quando participam junto a outras redes, fóruns e empreendimentos em espaços de articulações políticas na busca de conhecimentos, parceria, clientes e fornecedores.

Castro (2010) menciona CAPRA, quando diz que o “padrão de organização” básico de todo ser vivo é em rede. “Em todas as escalas da natureza, encontramos sistemas vivos alojados dentro de outros sistemas vivos – redes dentro de redes”. Os componentes de uma rede são responsáveis por transformar ou substituir outros componentes, criando ou recriando-se a si mesmas, como explica Castro:

A articulação destas experiências democráticas apresenta-se como um novo projeto político de sociedade, e dentre o vasto universo de práticas de economia solidária destaca-se a ação das Redes Locais de Economia Solidária, que reconhece a importância de reorganizar as economias locais como mecanismo de possibilitar o desenvolvimento sustentável de territórios (Castro, 2010, 30).

Essas “experiências democráticas” podem ser pensadas de forma mais abrangente, pensar a lógica do trabalho em rede, da produção coletiva, das relações estabelecidas consigo mesmo, com os outros, com a família, com a comunidade, com o ambiente natural e social (DUVOISIN, 2002).

Em meados de 1970, surgem diversas iniciativas no Brasil que incorporam uma nova forma de entender o fato econômico, através de diferentes formas de cooperação e solidariedade, atualizando a tradição do movimento cooperativo sindical e trazendo uma nova dimensão típica dos movimentos sociais. Castro afirma que a articulação dessas experiências democráticas apresenta-se como um novo projeto político de sociedade e, dentre o vasto universo de práticas de economia solidária, destaca-se neste estudo a ação das Redes Locais de Economia Solidária, que reconhece a importância de reorganizar as economias locais como mecanismo de possibilitar o desenvolvimento sustentável de territórios.

Castro cita ainda que a diversidade dessas relações econômicas em diferentes dimensões da vida também possibilita a criação de iniciativas de natureza bem distintas. Podem ser encontradas muitas cooperativas, associações ou grupos informais que realizam trabalhos coletivos no campo da produção, serviços, organização sociopolítica, desenvolvimento cultural, comercialização, consumo, dentre outros. São iniciativas em diferentes graus de desenvolvimento, algumas mais sedimentadas, outras mais frágeis. Essa afirmação de Castro corrobora com a Pérola Negra, que desenvolve um trabalho, em sua maioria, respeitando a carga do subjetivo junto aos grupos estudados, voltando-se para o despertar de uma consciência crítica, que conduza a busca de seu desenvolvimento. Nesse sentido, esse trabalho não visa só o ganho econômico, e

sim a criação de vínculos que permitam a exploração de temas que são omitidos pela comunidade em um contato superficial.

Segundo Castro (*at* França, 2009), uma Rede Local de Economia Solidária (RLES) é resultado da articulação de diversas iniciativas solidárias com o objetivo de constituir um circuito próprio de relações econômicas e de intercâmbio de experiências e saberes em determinado território. Uma rede deste tipo pode, portanto, envolver não só iniciativas socioprodutivas, mas também as sócio-organizativas, que trabalhem em diferentes dimensões, sejam “socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioambientais”.

O principal objetivo de uma rede desta natureza é permitir a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária em particular, e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promover seu processo de desenvolvimento. Para tanto, tais redes “guardam um traço político forte ao constituírem-se a partir exclusivamente das próprias experiências oriundas da sociedade” (FRANÇA, 2006, 67).

Nesse sentido, vale destacar que as principais redes, no Brasil, surgiram na década de 1990, com o objetivo de criar espaços de trocas de experiências, formação, produção e comercialização, fazendo um intercâmbio entre empreendimentos das zonas urbana e rural.

Durante a pesquisa, foi perceptível um forte envolvimento das redes pesquisadas nas decisões políticas a nível local, municipal, estadual e federal, a exemplo da participação nas conferências, nos conselhos e nos planos plurianual – PPA. Desse modo, as redes estão em constantes trocas de experiências e saberes, gerando empoderamento para seus sócios e para as suas respectivas comunidades. Vale afirmar que as mesmas contribuíram muito para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

CONCLUSÃO

Ao fazer o acompanhamento dos quatro grupos, foi observada a grande oportunidade de analisar e refletir acerca do surgimento e amadurecimento de grupos a partir do uso da metodologia participativa aplicada pela Pérola Negra

Para entender o êxito na aplicação dessa metodologia, é preciso pensar no facilitador como um ente, cujo envolvimento ultrapassa a técnica. As conquistas geradas por essa metodologia participativa de formação e planejamento levam os participantes a um elevado grau de integração e confiança, que gera multiplicação das ações e a socialização das ferramentas e acesso a políticas públicas. Esse é um processo contínuo de crescimento, que desperta em outros grupos o desejo de trilhar os mesmos caminhos, estimulando a disseminação dos princípios e práticas da economia solidária.

Nesse sentido, o grande diferencial do trabalho desenvolvido pela Pérola Negra é a não indefinição do tempo de vínculo, à medida que os grupos vão amadurecendo vão se tornando autônomos, em alguns casos inclusive contemplando a Pérola Negra em seus futuros projetos, invertendo, assim, a lógica comumente estabelecida nas relações entre empreendimentos e assessorias. É uma mão de duas vias, é uma ajuda mútua.

Essa metodologia utilizada nos cursos de formações e planejamento colabora também para o fomento e multiplicação dos grupos e sua articulação em rede. O êxito desse método, no entanto, não pode ser entendido pelos seus aspectos organizacionais ou de gestão, já que o diferencial aqui apresentado está na priorização do protagonismo e da formação de vínculos que permeou todo o processo.

Esses vínculos são gerados a partir das socializações de experiências vividas por estes atores externos e atreladas a uma metodologia aplicada nos grupos acompanhados. Portanto, é um instrumento que fortalece a coesão da comunidade, proporcionando a articulação e a mobilização das pessoas ali envolvidas em prol dos interesses em comum.

Nesse sentido, a participação desses atores em diversos espaços possibilita a conquista de direitos antes aparentemente impossíveis de serem conquistados, tais como: qualificação adequada, maquinários, espaços de comercialização, possibilitando a captação de novos clientes e ampliação da venda. Para os empreendimentos, pesquisados avanços como os citados foram fundamentais para manter o grupo motivado gerando seu desenvolvimento.

Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão socioprodutiva funcionam como a chuva para uma terra bem arada, uma vez que aceleram a obtenção de resultados. De um ponto de vista bem pessoal, antes de participar do grupo Pérola Negra, tive a oportunidade de participar de um grupo de alimentação chamado Coopaed e foi possível, ao longo de seis anos, observar a falta de retorno financeiro mesmo com o grupo bem amadurecido politicamente. Sem recursos a serem acessados, os frutos demoram a aparecer e os grupos tendem à dissolução. É importante observar que os empreendimentos de Economias Solidárias são formados basicamente por pessoas de baixa renda que, conseqüentemente, não possuem um lastro financeiro inicial característico dos empreendimentos tradicionais.

Os grupos pesquisados são redes dentro de redes e fazem parte de uma rede onde a forma da teia ajuda a compreender a integração e a importância da participação de cada um na sustentabilidade de toda a rede. Um ponto da rede alimenta o outro tanto no campo da troca de experiências como nos processos de produção e na busca por parceiros. Nesse sentido, a rede é a estratégia encontrada pelos grupos para que as políticas públicas de inclusão socioprodutivas possam beneficiar um número maior de pessoas. Assim sendo, a metodologia participativa propicia nos grupos a autogestão, o protagonismo e relações de trabalho mais humanas e solidárias; as políticas públicas de inclusão socioprodutiva encurtam a distancia entre os esforços e

os resultados e as redes são a estratégia utilizada pelos grupos para garantir acesso e permanência em tais programas.

REFERÊNCIAS

- MANCE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 178.
- REIS, Tatiana Araújo. 2005. A sustentabilidade em empreendimentos de Economia Solidária: Pluralidade e interconexões de dimensões. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia? UFBA,
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p. 25-34, jun. 2002.
- KRAYCHETE, Gabriel (Org.). Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: 2000. p. 91-131.
- MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p.77-84, jun. 2002.
- NUNES, Débora. A Construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. Bahia Análises & Dados. Salvador: SEI v.12, n.1, p.59-76, jun. 2002.
- SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.) Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro, 2000. p. 91-131.
- DAGNINO, R. (2004). A tecnologia social e seus desafios. In: *Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável, Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995 a 1997.
- HERRERA, A. Novo enfoque do desenvolvimento e o papel da ciência e da tecnologia. In: Dagnino, R.; Hernán, T. *Ciência, Tecnologia e Sociedade: uma reflexão latino-americano*. Taubaté: Cabral Editora e livraria universitária, 2003. p.25-45.
- DUVOISIN, A. I. *A necessidade de uma visão sistêmica para a educação ambiental: conflitos entre o velho e o novo paradigmas*. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.) Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 99-103.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.
- CELSO SÁNCHEZ. BRUNO MONTEIRO. RENATA MONTEIRO. Na Trilha das Pedras: Algumas Considerações Sobre as Metodologias de Educação Ambiental e o Processo de Escuta
- SILVA, Rogério Bezerra da. Pólo e Parque de Alta Tecnologia de Campinas: uma Análise da Política Pública, CAMPINAS - SÃO PAULO. Agosto – 2008
- BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha. VARANDA, Ana Paula de Moura dos Reis. Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas. 1.ed. Rio de Janeiro. FASE, IPPUR, UFRJ, 2009.

AZEVEDO, Alessandra B. Autogestão e Competitividade. Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas. Campinas, 2007.

NUNES, Débora. Incubação de empreendimentos de economia solidária: Uma aplicação da Pedagogia da Participação. Anna Brume, 2009.

REIS, Tatiana, A Sustentabilidade Em Empreendimentos da Economia Solidária: Pluralidade e Interconexão de Dimensões. Salvador, 2005.

GESTÃO PÚBLICA E SOCIEDADES: Fundamentos e Políticas De Economia Solidária / Édi Benini... [et al.]. 1ª edição. Outras Expressões. São Paulo, 2011.

ALMEIDA, P. N. **O ensino globalizante em dinâmica de grupo**. São Paulo: Saraiva, 1973.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE Jean L.; **Economia Solidária**. Uma Abordagem Internacional, 1. ed. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.

ALMEIDA, P. N. **O ensino globalizante em dinâmica de grupo**. São Paulo: Saraiva, 1973.

MANÇE, Euclides André. *A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual*. Petrópolis, Vozes, 2000

ECONOMIA SOLIDÁRIA - Geração de renda e desenvolvimento com sustentabilidade – Revista Setre, junho 2012

ESPECIFICIDADES DA GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA – Breve Estado da Arte sobre o Tema. Autores Maria Suzana Moura, Jeová T. Silva Júnior, Luiza Teixeira, Manuela Ramos e Ósía Alexandrina V. Magalhães. 2004.

PROJETO DE LEI DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em; www.setre.com.br. Acessado em: 02/08/2012.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO – AEFLUP. Disponível em: [HTTP://aeflup.com/ficheiro](http://aeflup.com/ficheiro). Acessado em 02/08/2012

Dicionário internacional da outra economia / PedHespanha... [et al.]. – (CES) Portugal, Almedina, 2009

Sustentabilidade Ecológica em Redes Locais de Economia Solidária / Ian Requião de Castro – Salvador, 2010.

O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp, acessado em 06 de agosto de 2012.

Tecnologia-Social-Economia-Solidaria-e-Politiclas-Publicas. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/69276151> Acessado em 10/07/2012

<http://www.abennacional.org.br/revista/sumario.html>. Acessado em 10/07/2012

<http://www2.folhasertaneja.com.br/regional.kmf?cod=12572588&indice=10>. Acessado em 10/07/2012

<http://www.caatingacerrado.com.br/encontro-da-rede-bodega-acontece-em-paulo-afonso-dias-25-a-2710/>. Acessado em 11/08/2012

<http://redexiquexique.blogspot.com.br/2011/09/reuniao-do-forum-de-participacao.html>. Acessado em 13/08/2012

<http://sites.marista.edu.br/ims/2010/12/14/acesse-as-apresentacoes-do-seminario-de-comercializacao-solidaria-do-nordeste>. Acessado em 19/08/2012

<http://redexiquexique.blogspot.com.br/>. Acessado em 19/08/2012

<http://www.facesdobrasil.org.br/membrosfaces/57-unicafes-uniao-nacional-de-cooperativas-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria.htm>. Acessado em 19/08/2012

<http://www.esplar.org.br/projetos/abelhas.htm>. Acessado em 19/08/2012

<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp> Acessado em 05/09/2012

<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/> Acessado em 05/09/2012

SOBRE A ORGANIZADORA

JAQUELINE FONSECA RODRIGUES – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora dos Livros: “Elementos da Economia - 1”; “Conhecimento na Regulação no Brasil” e “Elementos da Economia - 2” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-405-4



9 788572 474054